

A escrita da história da Farroupilha: entre a construção da ordem monárquica e a historia magistra vitae

The writing of the history of Farroupilha: between the construction of the monarchic order and the historia magistra vitae

Fabício Antônio Antunes Soares*

Resumo: O presente trabalho quer examinar como o lugar social da operação historiográfica se articula com a construção de sentido na narrativa da historiografia. O período e o espaço investigados são o primeiro quartel de Brasil pós-independência. Isto é, se tem por objetivo analisar como foi construída a narrativa sobre a Farroupilha no contexto denominado a “Construção da Ordem”. Para isso é analisada a obra do político Antônio Manuel Correia Câmara que participou da Farroupilha. Portanto, o problema que norteia o artigo é saber como o lugar social contribuiu, à sua maneira, para a construção de sentido da Farroupilha. Por fim, o artigo infere que a operacionalidade do lugar social de produção da historiografia foi decisiva como elemento da constituição de sentido das narrativas sobre a Farroupilha na fonte analisada.

Palavras-chave: História da Historiografia. Farroupilha. Teoria da história.

Abstract: The present work wants to examine how the social place, of the

historiographic operation, is articulated with the construction of meaning in the narrative of historiography. The time and space investigated is the first quarter of the post-independence Brazil. The paper aims to analyze how the narrative about Farroupilha was constructed in the context called “Construction of the Order”. For this, the work of the politician Antônio Manuel Correia Câmara, who participated in Farroupilha, is analyzed. Therefore, the problem that guides the article is to know how the social place contributed, in its own way, to the construction of Farroupilha’s meaning. Finally, the article infers that the operationality of the social place of production of historiography was decisive as an element of the constitution of meaning in the narratives about Farroupilha in the analyzed source.

Keywords: History of Historiography. Farroupilha. Theory of History.

* Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com estágio doutoral na Universidade Livre de Berlim (FU/Berlin). *E-mail:* fabricaoantunessoares@gmail.com

1 Introdução

A Farroupilha¹ terminava em 1845 depois de quase dez anos de embates entre farroupilhas e legalistas. Com o seu término, começava, no entanto, a escrita sobre ela. Muita tinta se gastou na compreensão desse fenômeno histórico. E é sobre como foi escrita a Farroupilha que trata este artigo, isto é, como foi escrita no período denominado “Construção da Ordem”, a partir da obra de Antônio Manuel Correia Câmara, esse participante da Farroupilha.

Mais especificamente, este artigo tem por objetivo analisar a operacionalidade que o lugar social (CERTEAU, 2007, p. 66-77) tem com a escrita da história. No caso deste artigo, como o lugar social articulou-se com a obra aqui analisada. Desse modo, procuro avaliar como o lugar social se articulou e determinou a escrita da história sobre a Farroupilha. Desse modo, parte-se do pressuposto de que não há como eliminar a idiossincrasia do lugar de onde – o historiador(a) – escreve e do campo científico/intelectual no qual desempenha uma pesquisa e escrita. O lugar de produção é um indício permanente da produção do historiador(a). Examinar a história como uma operação, – isto é, a operação historiográfica – constitui-se em analisá-la como a articulação entre: a) um lugar social; b) práticas científicas; e c) a escrita de um texto (CERTEAU, 2007, p. 66). Porém, dos três elementos (da operação historiográfica) elencados por Michel de Certeau, para o artigo aprofundaremos o lugar social.

Portanto, para se compreender a história da historiografia sobre a Farroupilha, tem-se como pressuposto que qualquer investigação e escrita da história encadeia-se com um lugar e com suas determinações tanto sociais e culturais como políticas e econômicas. Desse modo, isso acarreta uma forma de proceder na historiografia que está limitada por condições inerentes ao lugar de sua produção. Assim, é em relação a um determinado lugar social que se organizam os métodos, que se constituem os documentos e se apresentam os problemas da pesquisa e, além disso, o lugar é uma instituição do saber (CERTEAU, 2007, p. 69) que tem, por um lado, uma extensão externa, associada a outras instituições e conjuntos corporativos e contém, também, uma extensão interna, o estabelecimento de um saber inseparável de uma instituição social. Essa

é, então, um dos requisitos do desenvolvimento científico da operação historiográfica. Portanto, a instituição, além de fornecer a solidez social à escrita da história, também, a torna-a possível.

Além do mais, seria a mesma dinâmica social que estabelece a instituição e os conceitos que a circundam. Ambos, com funções díspares, porém, imbricados e dos quais nenhum é (necessariamente) a razão elementar do outro. De tal forma, a sociedade e a composição de sentido se ajustam sem se hierarquizar. Portanto, seria abstrata a historiografia que reprime ou omite sua articulação com um lugar social, de modo que essa articulação faz parte do procedimento científico, mesmo que a circunstância social seja o não dito na narrativa do historiador. Logo, não é possível considerar o texto historiográfico como autônomo em relação à instituição em conformidade com a qual ele se constituiu. O texto, então, avoca seu vínculo com a instituição.

Surge, então, que a historiografia é a obra de um *lugar* e, entre suas hierarquias e seus códigos, entre a seleção da documentação até a escrita do passado, o fazer do historiador(a) é referente à estrutura da sociedade. E, ao longo do processo historiográfico, o historiador(a) não versaria sobre aquilo que o delimita, porque, em muitos casos, para Certeau, há posições a acatar e influências a requerer e, assim, o não dito está sub-reptício no texto. Portanto, ao mesmo tempo que se tem que entender como a historiografia reapresenta o passado, tem-se, também, que compreender como a historiografia opera no interior da sociedade. Assim, a função do lugar é, de antemão, proibir e permitir tipos de uso, construções e representações do passado. Desse modo, a historiografia se definiria “por uma *relação da linguagem* com o corpo (social) e, portanto, também pela sua relação com os *limites* que o corpo impõe” (CERTEAU, 2007, p. 76).

Para cumprir o objetivo deste artigo, inicialmente, investigarei o contexto social e político que determina a escrita da história no período. Depois, avaliarei a instituição reguladora da produção do conhecimento histórico à época. Em seguida, analisarei a obra fonte deste artigo e, assim, demonstrarei como sua escrita está articulada com o lugar de sua produção.

2 O contexto social e político: a construção da ordem e a escrita da Farrroupilha

O período imperial brasileiro foi um longo e doloroso parto do Estado-nação na interpretação de Carvalho (2012). Nesse período, o Brasil consolidou sua independência, garantiu a unidade territorial, definiu suas relações externas, fundou uma monarquia constitucional, manteve a liberdade de imprensa, deu os primeiros passos na industrialização e, demoradamente, terminou com o trabalho escravo. O período do Brasil imperial analisado neste artigo vai de 1838 a 1850 e é denominado, por Carvalho, como a Construção da Ordem – momento em que foram lançados os fundamentos do Estado imperial. É nesse período que está a obra analisada neste artigo. E ela, à sua maneira, participou da construção da ordem. Em 1846, sob anonimato, Câmara publica a memória histórica *Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias* e, de maneira geral, na sua memória histórica, a escrita está direcionada à defesa pessoal e do, à época, Conde de Caxias, como também para a salvaguarda da monarquia.

Outrossim, a inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838 está no contexto que foi denominado a Construção da Ordem, que começa em 7 de abril de 1831 quando D. Pedro I abdicou do poder em favor de seu filho Pedro de Alcântara, à época com 5 anos de idade. Em 1831, aumentava a tensão política em torno de D. Pedro I. Em oposição a ele estavam liberais, republicanos e brasileiros, em geral, incomodados com as práticas despóticas e com a lusofilia do governante às questões derivadas da luta política em Portugal. Com a impossibilidade de seu filho assumir o trono, a abdicação de D. Pedro I deu início a um período de intensa disputa política. Essa época ficou conhecida como “Período Regencial” e durou de 1831 a 1840. Para Carvalho como na América hispânica, “houve no Brasil instabilidade, revoltas regionais, conflitos urbanos, secessões. A diferença em relação aos países hispânicos foi que o Brasil conseguiu sobreviver ao teste e manter sua unidade política” (2012, p. 87). O período regencial teve duas fases: de 1831 a 1837 e correspondeu ao domínio dos liberais moderados; e de 1837 a 1840, foi caracterizado pela reação conservadora.

A reação inicial à abdicação foi de um alvoroço geral. Entretanto, a percepção de liberdade arrastou a eclosão de revoltas. Para Carvalho, o

motivo mais comum para os conflitos foi o antilusitanismo. Os portugueses ocupavam posições importantes na administração civil e na militar e dominavam o comércio. Os liberais moderados, no controle do governo da regência, tiveram que lutar com dois problemas: por um lado, a manutenção da ordem pública e, por outro, as pressões federalistas. Para solucionar o primeiro problema, criaram a Guarda Nacional com o fim de “colocar a manutenção da ordem nas mãos dos que tinham algo a defender, isto é, dos proprietários” (CARVALHO, 2012, p. 89). Em relação ao federalismo, a Constituição de 1824 era demasiadamente centralizadora para um país tão vasto.

Portanto, em 1834, foi reformada a Constituição por um Ato Adicional. O novo sistema só não foi inteiramente federal porquanto os presidentes permaneciam sendo designados pelo governo central. Assim, “a descentralização de 1834 viabilizou o surgimento de novo tipo de revolta. O aumento do poder dos governos provinciais fez deles objetos de luta entre as facções locais” (CARVALHO, 2012, p. 90). Dessa forma, por um período de dez anos, surgiram várias revoltas regenciais: *Cabanagem* (1835-1840), *Balaiada* (1838-1841), *Sabinada* (1837-1838), *Farroupilha* (1835-1845) e *Revolta dos Malês* (1835). Temendo a desintegração do País, o regente Feijó decidiu renunciar. Quem o substituiu foi Pedro de Araújo Lima, político experiente vindo do Primeiro Reinado. Ele era formado em Coimbra, senhor de engenho em Pernambuco, “profundamente conservador e opositor declarado da descentralização introduzida pelo ato adicional [...] [e] tanto o novo regente quanto a nova Câmara apoiavam a reforma do Ato Adicional. Foi o início do movimento que ficou conhecido como regresso conservador” (CARVALHO, 2012, p. 95).

Porém, quem liderou o regresso foi Bernardo Pereira de Vasconcelos. Ex-aluno de Coimbra e deputado por Minas Gerais, Vasconcelos era um antigo liberal, ex-aliado do Padre Feijó e autor do projeto de lei do Ato Adicional de 1834. Ele foi chamado para o ministério de Araújo Lima, juntamente com políticos ligados à magistratura e à agricultura de exportação. Nesse período, começariam a surgir os dois partidos do Império: o Partido Conservador e o Liberal. Segundo Carvalho, a filosofia dos conservadores, desenvolvida por Vasconcelos, defendia um Estado central forte e um governo baseado nas classes conservadoras. A maioria do partido era composta de

proprietários de terra e escravos voltados para a agricultura de exportação, concentrados nas províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, por grandes comerciantes e pela burocracia, sobretudo judiciária. O Partido Liberal, por seu lado, favorecia a descentralização política e administrativa, era menos resistente às medidas tendentes a abolir o tráfico e congregava, sobretudo, os proprietários rurais mais voltados para o mercado interno, como os de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul e profissionais liberais urbanos (CARVALHO, 2012, p. 95).

Receando outras reformas regressistas, os liberais tentaram evitá-las apelando a uma causa popular: a antecipação da maioridade do imperador que, pela Constituição, só seria possível em dezembro de 1843. O movimento teve apoio da população. Em 1840, a maioridade de D. Pedro II foi sancionada, e os liberais voltaram ao poder. Mas o governo liberal durou apenas um ano. Os conservadores, de volta ao poder, avançaram em seu projeto centralista. Receosos de que muito acúmulo de poder os eliminasse do jogo político, os liberais apelaram às armas. Em 1842, surgiram revoltas em São Paulo e Minas Gerais. Foi nessa ocasião que o imperador, já com certa experiência, principiou a fazer uso do Poder Moderador. Os liberais derrotados em campo de batalha, em 1842, foram dois anos após, em 1844, chamados ao governo, e a anistia foi concedida. Para Carvalho (2012, p. 98) “essa capacidade de arbitramento por parte do Poder Moderador ajudou a legitimar a monarquia”. E, após a rebelião *Praieira* “fechava-se com essa revolta o ciclo de rebeliões iniciado após o Ato Adicional. O sistema estabilizou-se sob a hegemonia dos conservadores que se estenderia por cerca de dez anos” (CARVALHO, 2012, p. 98). Portanto, para o autor o ano de 1850 foi um marco divisório na política imperial, pois

o gabinete conservador que assumiu em 1848 derrotou a *Praieira* e governou, com algumas mudanças, até 1853. Foi o segundo gabinete mais longo do segundo Reinado. Eliminando as revoltas, consolidando o regime, o governo sentiu-se em condições de enfrentar alguns problemas urgentes na área social, econômica e de política externa (CARVALHO, 2012, p. 98).

A primeira das reformas foi o fim do tráfico de escravos. Com a pressão da Inglaterra, o gabinete decidiu acabar com o tráfico. Depois vieram a Lei de Terras e o Código Comercial, sendo “o início da modernização capitalista do país” (CARVALHO, 2012, p. 101). Na política externa, o Brasil interviu novamente no Prata retirando Rosas do poder. Com isso se definiu uma política para a área diplomática: não conquistar e não deixar conquistar. Em 1850, o governo também reformou a Guarda Nacional. Tal reforma estreitou os laços que uniam a instituição ao governo. Nas mãos do governo, os postos da guarda viraram moeda política. Para Carvalho (2012) o aumento do controle sobre a guarda foi a última medida dentro do movimento de centralização iniciado em 1837.

Portanto, foi nesse contexto histórico de construção da ordem que se moldou-se a construção da memória sobre a Farroupilha. Desse modo, a construção da ordem monárquica quer impor-se na produção da escrita sobre a Farroupilha, o seu controle. Ademais, o controle se exerceu no jogo político-social, nas instituições e também na escrita sobre o passado.

Outrossim, nesse período, um novo elemento identitário se criava no século XIX: a nacionalidade (THIESSE, 2001, 2002). A produção de um passado brasileiro, no segundo quartel do século XIX, iniciou a formação da identidade brasileira. Essa identidade nacional começou a ser construída pela elite letrada tanto na literatura quanto em torno do IHGB. Os limites da escrita sobre o futuro e o passado da jovem nação começavam a ser moldados. A representação da Farroupilha passava por esse controle, por esses espaços de escrita, que eram espaços de política e estética.

3 O IHGB: como se deveria escrever a história da Farroupilha

Em um período em que os letrados são políticos ou agentes do Estado Imperial, há uma articulação dos seus escritos com o interesse do Estado. Só publicam ou participam dos espaços institucionais, reconhecidos socialmente à época, aqueles comprometidos com o interesse do Estado, havendo poucos espaços (havia debates sobre diferentes projetos políticos) para a produção de algo que divergisse do projeto de monarquia.

No campo da produção histórica, em 1838, cria-se, no Rio de Janeiro,

o IHGB, que desempenharia papel relevante na construção da memória da Nação. A partir desse momento, havia um núcleo arquivador e irradiador da história nacional. No pano de fundo da fundação do instituto,

estava a veneração da nação, sendo a história vista como instrumento para elevar seu brilho e sua honra [...]. O instituto foi criado no momento em que o país buscava proteção contra a “revolução” [...]. Os “princípios republicanos anárquicos” são rejeitados e combatidos. A manutenção da monarquia é tomada como garantia e pressuposto para a integração do país (GUIMARÃES, 2011, p. 69).

Na sessão inaugural realizada em 1º de dezembro de 1838, o IHGB manifestava sua conexão com o poder político, porquanto seus sócios invocaram e se dispuseram-se sob o abrigo imperial. Essa proteção trouxe auxílio político e econômico. A monarquia afiança sua atividade, e o IHGB garantia o controle da memória e da história. Os letrados do IHGB preenchiam outras posições no aparelho do Estado; no IHGB usavam sua escrita para interpretar o passado conforme o controle da construção da ordem. Os letrados brasileiros, servidores públicos em sua esmagadora maioria, usaram sua escrita para produzir o imaginário do passado brasileiro. De certa forma, o *Estado* narra o próprio Estado:

Ao reivindicar a tradição do patronato real para sua Academia, o IHGB preparava a sua incorporação ao Estado Imperial [...]. Assim, alinhavam-se os conceitos de estado, nação, pátria e monarca em um conjunto único de referência que deveria responder pelo interesse público, o qual, na concepção desses homens, se confundia com a manutenção dessa junção conceitual. Essa nova tarefa de zelador do interesse do Estado e, por conseguinte, do interesse nacional, exigia toda uma série de garantias epistemológicas de verdade para a história que se produzia (ARAÚJO, 2008, p. 151).

Os componentes do IHGB partiam do preceito de que seria plausível selecionar exemplos e padrões do passado para o presente e o futuro. Assim, o imperativo da história para o homem de Estado levou a *historia magistra*

vitae a ser o instrumento dessa escrita da história, isto é, retirar da história exemplos para o presente. A biografia dos “grandes homens” seria uma constante na revista do IHGB. Ao historiador ciente dos ensinamentos da história competiria o serviço de educar seus contemporâneos a serem fiéis súditos. Partindo da Capital, a luz deveria alastrar-se por todo o Império ajustando-se à construção da ordem. Era indispensável controlar o imaginário, o pensável e o dizível, pois as revoltas regenciais colocaram o projeto de centralização monárquico em questão.

O desafio de instituir uma nação foi acolhido pelo Estado e pelos letrados. Para Guimarães a historiografia quis harmonizar a velha lealdade com a dinastia reinante com a nova lealdade à Nação em construção. Tomava, assim, uma restrição com formas estatais distintas, de tal modo que “os inimigos da nação são antes as repúblicas sul-americanas vizinhas” (GUIMARÃES, 2011, p. 245). Portanto, as condições a partir das quais a historiografia brasileira nasceu tinham um caráter político, pois havia “o interesse pelo conhecimento do passado, porém entrelaçado com a ação política” (GUIMARÃES, 2011, p. 251). Essa proeminência política na historiografia brasileira em seu começo e a evidência de seu vínculo com os interesses do Estado incidem sobre quatro temas capitais: a) construção e legitimação de uma política de centralização; b) questão indígena; c) escravidão; e d) problemática das fronteiras.

Portanto, a escrita sobre o passado sul-rio-grandense foi um ponto de suma importância no IHGB. Os possíveis arrependimentos e as aventuras separatistas poderiam ressurgir se o passado da Província não fosse bem-escrito, bem-dito. Se não obedecesse ao lugar de escrita, que exigia a construção da ordem, os nomes da história (RANCIÈRE, 1994) poderiam “matar o rei” e uma poética dissonante, na Corte e alhures, seria herética.

Porém, na Corte, as escritas obedeceram ao lugar de sua produção, isto é, foram escritas com seu sentido sobre elas controlado. A intriga: a construção da jovem Nação imperial. O trono, o cetro, o imperador, essas eram as referências dos enunciados da escrita. Os nomes, tanto próprios quanto históricos, da história tem um lugar a respeitar e a obedecer no alvorecer do segundo reinado.²

Entretanto, conforme notou Guimarães (1995), as portas no IHGB estavam fechadas para a história e abertas para a memória. Não haveria história

do tempo recente. Havia história do Brasil pré-1822 e muita publicação de fontes históricas na revista do IHGB. E, mesmo as narrativas históricas produzidas sobre a Farroupilha, no período imperial, os seus autores as consideravam memórias históricas, que serviriam aos futuros historiadores. Segundo Guimarães (1995), a baixa produtividade dos sócios do IHGB era grave. Não haveria como exigir que profissionais da política priorizassem os trabalhos de pesquisa em prejuízo de sua atuação pública. No periódico oficial do IHGB, durante o período de 1839 a 1889, “constatamos que a divulgação de fontes foi o forte da *Revista*, privilegiando-as, em detrimento das análises interpretativas da História do Brasil” (GUIMARÃES, 1995, p. 565).

No IHGB, a etapa de construção da memória nacional encerrou-se à medida que os fundadores do instituto foram desaparecendo. Os fundadores dotaram o Império de um passado. Organizaram a memória que não poderia ser esquecida. Com o fim dessa primeira geração, havia chegado a hora de escrever a história. Guimarães (1995) acredita que esse período de transição deu-se de 1855 a 1865. Portanto, após 1865 com o elenco das lembranças ordenado, os novos frequentadores do IHGB “começariam a escrever a História do Império” (GUIMARÃES, 1995, p. 585). Com essa transição de gerações, o véu que encobria o passado imediato do império foi levantado. E, nessa nova geração, a escrita se orientava pelo “vertiginoso repertório de lembranças”, organizadas pelos fundadores do IHGB. Aplicados aprendizes, seus sucessores, fixaram a Memória, tal qual seus mestres haviam-na construído” (GUIMARÃES, 1995, p. 591). Enfim, houve para Guimarães (1995, p. 599) “a opção pela Memória em detrimento da História”. Prover o jovem País de um passado atinente às pretensões da Monarquia constituiu-se no traço mais importante dessa memória, construída com exclusão das insurreições, dos traumas e conflitos. Para a autora, no IHGB, “a Memória venceu definitivamente a História” (GUIMARÃES, 1995, p. 599).

4 A escrita da história: O Conde de Caxias: o primeiro varão da Farroupilha

As primeiras memórias históricas sobre a Farroupilha, apesar de serem escritas e publicadas a partir do surgimento do IHGB e seu projeto historiográfico em torno da construção da ordem monárquica,

acabaram sendo, também, uma forma de se acomodar pessoalmente ou a terceiros nesse projeto. A memória de Câmara não foi publicada na revista do IHGB, e isso se deve a que

nos tomos iniciais, o IHGB publicava documentos, inventários e ofícios não contemporâneos relativos à Província com muito mais frequência, cedendo parco espaço a memórias históricas escritas por associados ou não sócios contemporâneos. Isso começou a sofrer alterações em meados de 1850. Porém, persistiu certa postura que evitasse em assuntos que envolvessem o tempo presente (BOEIRA, 2013, p. 36).

Contudo, vem a lume, em 1846, um ano após o fim da sedição de 1835, o livro *Reflexões sobre o Generalato do Conde de Caxias*. Essa memória nasceu sem autoria. Trazia escrito no lugar do nome do autor apenas o dizer: “Por um Rio-Grandense”. Somente cem anos depois, descobriu-se quem foi o seu verdadeiro autor. Quem fez a descoberta foi Eugênio Vilhena de Moraes, membro do IHGB, em 1946, nas páginas do *Jornal do Comércio*.³ A autoria era de Antônio Manuel Correia de Câmara. Isso explica muitos dos motivos de, à época, a memória ter saído sem autoria. À semelhança de Bento Manuel, Câmara esteve dos dois lados – farroupilha e imperial – durante a guerra.

Câmara nasceu em Rio Pardo, em 1783. Aos 16 anos, foi para o Rio de Janeiro estudar no Colégio São José. Em 1800, apresentou-se como voluntário para combater nas Índias, assim como fizera seu pai. Em 1804, voltou para Lisboa, sendo promovido a Tenente. Quatro anos depois, matriculou-se na Academia Real da Marinha, da qual solicitou trancamento de matrícula para não prestar serviços aos franceses quando da invasão de Junot. Por ocasião da reação lusitana (1808-1810), ferido e feito prisioneiro de guerra, foi levado para a França, sendo obrigado a servir no Exército francês entre 1812 e 1814. De 1815 a 1818, viajou pela Europa. Em 1820, retornou a Porto Alegre. Dois anos após, foi preso junto com Manuel Marques de Souza e Antero de Ferreira Brito, por estarem implicados no movimento revolucionário em prol da emancipação em relação a Portugal.

Em 1824, foi comandante do Forte de Coimbra em Mato Grosso. Segundo Câmara (1964), ele tinha uma vida de solteirão impenitente. No

mesmo ano, foi cônsul no Paraguai e em Montevidéu. Em 1831, voltou a Porto Alegre. Não se sabe, ao certo, o ano em que aderiu aos farroupilhas, mas Câmara (1964) sugere que foi em 1839. Foi ministro plenipotenciário dos Farrapos na Argentina, no Uruguai e Paraguai, regressando em 1840 a Rio Pardo. Em 1842, foi eleito suplente para a Constituinte Farroupilha e, no ano seguinte, passou a desempenhar a missão de agente diplomático dos legalistas com M. Oribe. A 12 de setembro de 1845, Caxias incumbiu-o de organizar o serviço de estatísticas da Província. Câmara faleceu às 6 horas do dia 1º de julho de 1849.

Não estão totalmente claras as circunstâncias que fizeram Câmara apoiar tanto os farroupilhas como aderir aos imperiais. Portanto,

sua adesão à República Rio-Grandense é, de algum modo surpreendente, porque sua família era ligada aos imperiais, e ele próprio possuía convicções monarquistas. Porém, o espírito de aventura e o desejo de se tornar a cabeça pensante da insurreição talvez expliquem sua ativa colaboração, que seguramente antecede o lançamento do jornal *O Povo* e o manifesto de Bento Gonçalves de 29/8/1838. Na redação desse documento ele teve comprovada participação, sendo alvo de queixas do italiano Luigi Rossetti em carta ao seu compatriota Cuneo, pois à orientação republicana e radical de Rossetti se opunha o espírito conservador do “velho” Câmara, assim chamado por causa de seus 55 anos. Um e outro disputavam a liderança intelectual no movimento. Frustrado como embaixador da República junto ao Paraguai e ficando em modesta suplência como deputado na Constituinte de Alegrete, Câmara terminará por abandonar os farrapos (FRANCO, 2003, p. 16).

Câmara abandonou sua família, amigos e história monárquica pelos farroupilhas e, quando o barco dos farroupilhas começava a afundar, ele voltou aos legalistas como protegido de Caxias. Não deveria ter ficado de boas relações com os legalistas de primeira hora e muito menos com os farroupilhas. Assim, creio que ele não colocou o *Reflexões* sob sua autoria, por ser um tema de história recente e por ele, pessoalmente, ter uma história pessoal conturbada nos dois lados do conflito.⁴

Por fim, encarregado por Caxias de organizar a Repartição de Estatísticas da Província, “pedia em carta ao seu protetor oculto [...] além de certas regalias, o provimento de determinado lugar [...]. É que surgiam de novo os apuros financeiros e voltavam a aperreá-lo as exigências dos credores cada vez mais alarmados” (MORAIS, 1946, p. 5). Portanto, Câmara defendia Caxias, pois era seu suporte social, econômico e político.

Sua memória histórica narrou, especificamente, os feitos militares do novo *Hochê* (a época, Conde Caxias) na sedição de 1835. Não seria a força bruta, para Câmara, o que conseguiria os resultados, mas, ao contrário, acalmar o vulcão revolucionário sem guiar-se pelos conselhos pífidos de quem queria a continuação da guerra. Convinha ao general nunca tornar-se severo em extremo. Pois homens superiores, como Caxias, “que estão colocados em posição subida não devem partilhar das paixões do vulgo” (CÂMARA, 1938, p. 11). Contudo, é errôneo supor que o povo é estúpido e também, para Câmara, que há, no homem, uma tendência natural ao bem. Além disso, para compreender a história, deve-se observar os modelos da Antiguidade e o modelo dos grandes monarcas de todos os tempos. Observa-se, então, que sua modalidade de história, em sua memória histórica, é a *historia magistra vitae*. Câmara (1938, p. 11) compreende que, mesmo a distância dos séculos não permitiu a “incorrupível história de transmitir fielmente suas gloriosas ações às gerações futuras: e nós os vemos hoje, quais eles realmente foram”. Nessa compreensão da história de Câmara percebe-se que o passado incorruptível dá exemplos ao presente.

Antes de Caxias, o Exército imperial parecia pertencer às épocas da infância da guerra, do generalato de Eliziário ao do Conde de Rio Pardo. Também, os diferentes ministérios do governo imperial, durante a “enfadonha revolução do Rio Grande”, contribuíram para neutralizar os recursos do Exército. E muitos generais, igualmente, são responsáveis pelas adversidades do Império. O sistema do governo imperial era o de substituir generais entre si e, segundo o autor, pelo fato de eles terem “carta branca” da Corte, “não estavam subordinados a nenhum plano, faziam o que queriam [...]. Daí provieram as irresoluções, as perplexidades, a prolongação de uma luta desastrosa” (CÂMARA, 1938, p. 14). Nesse momento de sua narrativa, faz uma reflexão sobre sua escrita: “Não é o espírito de vingança ou de parcialidade quem nos dirige; mas, sim, o desejo de apresentar, com

as suas verdadeiras cores, as faltas [...] que passamos a descrever e analisar!” (CÂMARA, 1938, p. 17).

Como nas memórias históricas do período, quer escrever o passado de maneira que sua subjetividade não interfira em sua análise e, assim, as verdadeiras cores da história ressurgam. Escreve Câmara que Caxias ofuscou todos os generais anteriores que tentaram terminar a Farroupilha, com seu sistema militar tão fértil. Apologista de Caxias, Câmara justificou sua política e o sistema de guerra na “Revolução do Rio Grande” acreditando que é

tempo, enfim, que elevemos a sua glória ao apogeu: pois dela nos resultaram grandes bens, pela pacificação da nossa província! [...] Nós não fazemos mais do que tributar, no altar da justiça, merecidos louvores a quem de louvores é digno! Os fatos só de per si bastam; eles não precisam nem de adornos, e nem de lisonja, e mostram aos mais míopes ou incrédulos, que, o que outros generais apenas conceberam, Caxias executou e obteve! [...] De hoje em diante sem êmulos, ninguém ousará disputar-lhe a palma do merecimento [...] qual bronze, que ao tempo resista (CÂMARA, 1938, p. 25).

Quando o governo nomeou Caxias, não o subordinou a um plano de campanha, recebeu ele carta branca semelhante a seus antecessores. Mas Caxias não precisava, diferentemente de seus antecessores, de nenhuma instrução para fazer guerra. Para Câmara

o sistema era muito melindroso, por ser justamente o inverso daquele seguido por outros generais. Era necessário apresentar à presunçosa rebelião, em uma mão, o ferro pronto a descarregar o golpe, e na outra o ramo de Oliveira. Porém o difícil consistia na maneira de o fazer [...]; era necessário não tocar os extremos [...] um justo meio, ou equilíbrio (1938, p. 26-27).

Razões militares e políticas sustentavam esse sistema. A razão militar era devida a que, em 1843, Manuel Oribe e Fructuoso Rivera encontravam-se em luta, motivo pelo qual “não devia a rebelião contar com mais nenhum recurso do Estado vizinho” (CÂMARA, 1938, p. 39). Contudo, a razão política era mais valiosa que a militar. A política, acreditava o autor, era o

que mais influenciaria na pacificação, porque, nas guerras civis, a moderação é mais eficaz que a força. Para o autor, foi importante ter convencido as pessoas do campo, homens ignorantes, pois dependia deles a duração da luta. As armas políticas, então, contribuíram mais que as baionetas dos *nostros* infantas para a pacificação. Foi por meio da política e do “auxílio da fortuna” o modo “com que foram vencidos os rebeldes do Rio Grande” (CÂMARA, 1938, p. 42). E, para obter essa pacificação por meio político, só Caxias, um homem de gênio, um homem extraordinário.

Câmara pouco analisa socialmente a “enfadonha revolução”. Sua narrativa é basicamente militar. Contudo, escreveu uma pequena passagem afirmando que as causas “que sublevaram a província do Rio Grande [...] não apresentaram os menores laivos de justiça ou razão” (CÂMARA, 1938, p. 44). Quanto ao sistema de Caxias, afirmou que a moderação é tão eficaz como a água nos incêndios. O general não dificultou as anistias. E o autor faz uma crítica à política militar dos antecessores do general:

E vós, ó generais, que por tanto tempo, e tal mal dirigistes a administração, e a campanha de nossa província durante a sua prolongada revolução, se são susceptíveis de correção, volvi ao Rio Grande, e aprendei com o Herói Pacificador a ter prudência, moderação, humanidade, grandeza d’alma, e também a desprezar as vaidades humanas! (CÂMARA, 1938, p. 45).

Câmara volta a defender que a moderação foi o sucesso de Caxias. E, dirigindo-se aos críticos do sistema de Caxias, sentencia:

[...] a moderação do Conde Caxias era apreciada por todas as pessoas sensatas, e que sinceramente desejavam a terminação da guerra, era todavia censurada por muitos dos nossos puritanos, que queriam que Caxias, como Sila, ou Mario, proscrevesse em massa aos rio-grandenses rebeldes (CÂMARA, 1938, p. 46).

O *Reflexões* foi, desse modo, uma justificativa dos procedimentos de Caxias para terminar com a Revolução do Rio Grande. A memória não é uma simples defesa de Caxias. Ela vai além, torna-o mais que um simples homem, torna-o um varão da nascente Nação monárquica:

Antes da marcha do exército, tinha-se feito visível o Cometa de 1843, que os nossos soldados batizaram com o nome de – ESTRELA CAXIAS. A cauda apontava para o município de Alegrete (ocupado então pela rebelião). As tropas tomaram de bom grado a presença deste astro, como precursor infalível da queda dos rebeldes, e tiveram que o Deus dos exércitos o fizera aparecer para inspirar-lhes a confiança nas disposições do seu novo general, considerando-o um seguro garantidor da vitória (CÂMARA, 1938, p. 49).

O autor, logo após, faz uma reflexão sobre sua escrita. Aborda que seu pequeno folheto dispensa de continuar com o detalhe das operações que são estranhos à finalidade do livro, que é a pacificação. Afirmou que não podia empreender esta tarefa: a de fazer uma narração detalhada das operações. Entendeu que são “omissões indesculpáveis de quem escreve a história” (CÂMARA, 1938, p. 75). Espera que penas mais hábeis façam este trabalho. Entretanto, quer pontuar as causas que concorreram para a pacificação. Mas, além das causas, também quer com este livro defender política e militarmente Caxias das críticas que “fizeram vários militares aos sistemas de guerra adotados pelo Conde Caxias” (CÂMARA, 1938, p. 68). Para o autor, no fim de 1843, a rebelião estava moribunda, seus chefes, sem energia, e a deserção ocorria, em massa, nas tropas republicanas. A Província encontrava-se em extrema penúria. Isso era “o fruto e a consequência infalível das revoluções” (CÂMARA, 1938, p. 91) em que, segundo o autor, astutos demagogos fomentaram um governo inábil e ambicioso, contudo, pouco a pouco, ganhava espaço a causa da legalidade e o fim da anarquia.

Apesar de o autor procurar as causas da pacificação, ele não deixou de fazer a narrativa de “certas particularidades, que serviram de motivo a empresas de grande monta” (CÂMARA, 1938, p. 108), pois as razões “careciam para que o leitor lhes desse o devido peso [...] [para serem] desenvolvidas, comentadas e explicadas” (CÂMARA, 1938, p. 108). De tal modo, escrevendo o *Reflexões*, ele percebeu que

seria longa a narrativa circunstanciada de todos esses sucessos; como ela é alheia do nosso objeto, sendo aliás preciso que omitamos muitos acontecimentos gloriosos [...] e deixando uma imensa lacuna entre os sucessos já descritos, e aqueles que precederam ao

último triunfo obtido pela Legalidade, convidamos aos nossos profissionais, a quem não falecem os precisos meios para escrever a história, para que, compulsando os arquivos militares [...], não se poupem em legar à posteridade a descrição fiel, imparcial e valiosa das operações militares executadas pelo exército pacificador sob o comando do nobre Conde de Caxias (CÂMARA, 1938, p. 111).

Sua memória exprime a necessidade de contar a história, mas qual história? A dos fatos militares, narrativas particulares e localizadas. E, finalizando sua narrativa em que o estandarte tricolor foi batido pelo Imperial, em que a anarquia entregou-se ao *Hoché* brasileiro, Câmara começa a veneração narrativa, isto é, a história exemplar, em relação a Caxias que, novamente, vai além de uma memória para futuros trabalhos de historiadores, escrevendo uma memória para a heroização do general, colocando Caxias no grande panteão historiográfico dos consolidadores da jovem Nação:

O céu não se mostrou indiferente à terminação da encarniçada luta, que nos devorava, e inda por esta vez outro cometa foi visto, que cobria com a sua vasta e brilhante cauda uma extensão imensa do nosso hemisfério meridional, e que tão logo que cessaram de parte a parte as hostilidades, desapareceu dos nossos olhos, deixando-os em paz, e congoçados. Alguém houve que notou na aparição dos dois cometas uma coincidência bem rara! Vimos o primeiro em fins de Fevereiro de 1843 (abertura da campanha) e o segundo em fins de Fevereiro de 1845 (quando ela terminava). Também dessa vez atribuiu o povo à ESTRELLA CAXIAS o brilhante e magnífico desfecho de uma luta até ali tão desastrosa (CÂMARA, 1938, p. 121).

Porém, uma questão permanece. Por que Câmara não respeitou o critério do IHGB de não se escrever sobre o passado imediato? Por que ele preferiu despertar as paixões? Câmara escrevera sobre um perigoso passado imediato. Mas, conforme analisou Araújo,

a partir dessas novas exigências, e dessa figura do historiador-sacerdote, o afastamento temporal ganha uma produtividade que não possuía até então. Se permanece a figura do tempo como um devorador de documentos e memórias, ele também passa a

ser reivindicado como antídoto para as paixões e os interesses. Quanto mais distante a questão, mais facilmente o historiador pode atingir a imparcialidade e perspectiva correta, ou seja, aquela que o permitia “senta[r] sobre a tumba do tempo” (2008, p. 152).

Parece-me que uma resposta à questão de se escrever a história imediata do Brasil Império, quando não era para se escrever a história imediata, pode ter como uma possível resposta que a finalidade da memória de Câmara, antes de ser histórica, era a de ser política. A memória de Câmara queria defender-se ao defender, ao escrever uma *historia magistra vitae*, o Conde de Caxias. Câmara, para a época, não se distanciou da paixão, ao contrário, entrou em seu torvelinho. Contudo, Câmara parece ter tido consciência historiográfica disso ou, o mais provável, a situação pessoal e social em que se encontrava após a Farroupilha, inimizades de ambos os lados, apenas a proteção de Caxias o levaram a publicar sua memória sem autoria.

5 Considerações Finais

Após a análise do contexto social e político e da instituição legitimadora do discurso histórico, o IHGB, isto é, depois de averiguar o lugar de produção e, por fim, como é possível analisar a articulação do lugar de produção com a escrita historiadora, ficou demonstrado que o *Reflexões* estava articulado ao processo de construção da ordem, nesse caso, capitaneado pelo IHGB.

A memória de Câmara é uma justificação do sistema de guerra de Caxias. Ela foi, basicamente, uma justificativa das ações políticas do general e se concentrou em episódios militares. Tem um só grande personagem para o qual toda a história converge: o Conde de Caxias. Com muita frequência, comparou Caxias com os grandes militares do passado, como se Caxias estivesse justificado por imitá-los. Nessa perspectiva historiográfica de Câmara, o passado produz lições ao presente e ao futuro, isto é, Câmara escreveu a história dentro da forma *historia magistra vitae* e, no caso específico de sua memória, são lições de caráter político-militar. Enfim, a intriga que produziu sentido é a justificação do sistema de guerra de Caxias, moderação política, usado para a pacificação da Província na

Revolução do Rio Grande. Todas as marchas, contramarchas, batalhas, anistias, personagens anarquistas ou imperiais ganham sentido nessa memória histórica porque mostraram a história do sistema de guerra de Caxias. Por fim, a memória sobre a Farroupilha, na construção da ordem, vai edificando a feição do IHGB e da monarquia e, desse modo, encontra seu primeiro herói, seu primeiro grande personagem na obra coletiva de construção da Nação.

Referências

- ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, out. 2000.
- ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.
- BOEIRA, Luciana Fernandes. *Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a Província de São Pedro como um problema político-históriográfico no Brasil Imperial*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH/PPH, 2013.
- CÂMARA, Antônio Manuel Correia. [1846]. *Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias*: Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- CÂMARA, Rinaldo Pereira. *O Marechal Câmara: reflexões introdutórias à sua biografia*. Porto Alegre: Globo, 1964. v. 1.
- CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia: noções da escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra. *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru: Edusc, 2004.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Uma biografia tentadora. *Zero Hora*, Porto Alegre, 14 set. 2003.
- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. 1998. Tese (Doutorado em História) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 1, 1995.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- MONTEIRO, J. C. Rego. Prefaciando. In: CÂMARA, Antônio Manuel Correia (1846). *Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias*: Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

- MORAIS, Eugênio Vilhena de. Qual o autor de “Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias”. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 8 set. 1946.
- RODRIGUES, José Honório. *Tecoria da história do Brasil*: introdução metodológica. São Paulo: IPE, 1949.
- SOARES, Fabrício Antônio Antunes. *Farrapos de estórias*: romance e historiografia da Farrroupilha (1841-1999). 2016. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2016.
- SPALDING, Walter. Correção necessária. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 288, jul./set. 1970.

Notas

1. A Farrroupilha, Revolução Farrroupilha, ou Guerra dos Farrapos, foi um conflito militar e político que durou de 1835 a 1845 e ocorreu na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Ela é compreendida dentro do contexto das revoltas regenciais como, também, dentro do contexto platino. Ver: Guazzelli (1998). Sobre denominar a Revolução Farrroupilha ou Guerra dos Farrapos de somente Farrroupilha, ver: Soares (2016).

2. Para Cezar (2003) a historiografia do século XIX se caracterizou por ser a) uma história pedagógica, uma *historia magistra vitae* calculada; b) por combater os inimigos do Império; e c) porque a missão do historiador é tornar o Brasil conhecido e visível aos próprios brasileiros.

3. Na revista do IHGB, em 1970, Walter Spalding escreve o artigo “Correção necessária”, em que esclarece, em artigo anterior, que errara ao atribuir o livro, como fizera também Rego Monteiro (1938) ao prefaciá-lo a segunda edição do *Reflexões* em 1938, ao Tenente-Coronel Casimiro José de Câmara e Sá. José Honório Rodrigues, em *Teoria da História do Brasil*, em 1949, já afirmava, baseado em Vilhena, a autoria a Câmara.

4. Enfim, no *Jornal do Comércio*, no dia 8 de setembro de 1946, Eugênio de Moraes apresentava a “paternidade” do *Reflexões*. Para Moraes (1946) “urgia, pois, confrontar, atentamente, com a

‘correspondência Turca’ as ‘Reflexões sobre o generalato’”. Isso, na visão dele, “era o momento decisivo...!” e “O aspecto gráfico, porém, não deixava dúvidas” e seguindo com suas pesquisas: “Somente um cego deixaria de reconhecer aí, no autor da ‘Correspondência Turca’, o próprio e idêntico, até então misterioso *Akakiá*, isto é, amplificando a igualdade, Antonio Manoel Correia da Câmara. O mesmo estilo, ainda o mesmo temperamento” (MORAIS, 1946, p. 5). Finalmente, *quod erat demonstrandum*. Também haveria semelhanças “existentes entre os autógrafos da correspondência do jornal e o texto das *Reflexões*. Contudo, “Em 183..., cedendo aos impulsos de um temperamento agitado e incontestável, bandeia-se com os farrapos”. Porém, notou Moraes: “Desgostoso, mais tarde, passa-se, como vimos, aos legais aceitando a missão de que o incumbiu Caxias [...]. Batidos os rebeldes, acolhe-se a boa sombra do pacificador, cuja política passa a defender, pelas colunas dos jornais, fazendo-lhe, em seguida, a franca apologia nas páginas das ‘Reflexões’” (MORAIS, 1946, p. 5).